

Programa de Trabalho 2018 da Comissão Europeia

ANALYSIS PAPER

Novembro / 2017





DR

No dia 24 de Outubro, a Comissão Europeia propôs medidas para o 'agora' das empresas e para o 'pós-2025' dos europeus [indicadas a verde nos quadros deste Euppy Paper], naquele que é o último programa de trabalho do Presidente Jean-Claude Juncker e que abrange os próximos 14 meses.

Todas serão lançadas até Maio de 2018, para dar tempo de discussão e adopção ao Conselho e Parlamento. Recorde-se que, em Junho de 2019, têm lugar as eleições para o Parlamento Europeu. Ao leme das presidências semestrais do Conselho da UE estarão a Estónia (até ao final deste ano), Bulgária e Áustria (1º e 2º semestres de 2018) e a Roménia.



Se o comunicado de imprensa indica 26 iniciativas, uma leitura atenta do programa desdobra-as em 51, divididas entre propostas legislativas (como *Imparcialidade comercial das plataformas online* ou *Enquadramento legal para o crowdfunding*) e planos de acção ou comunicações (como *Europa Sustentável em 2030* ou *Estratégia para os plásticos*).

Esta análise aponta as medidas com maior impacto para as empresas e traça o legado do ex-Primeiro Ministro luxemburguês que, em 2014, chegou ao *Berlaymont* com vontade de liderar uma Comissão "mais ambiciosa nas grandes questões e mais pequena e mais modesta nas pequenas questões".

O fantasma de Delors

Quase todos os Presidentes da Comissão Europeia lidam com o fantasma de Jacques Delors. Fica para segundo plano que a União era feita a 12 e não a 28, que a globalização 2.0 aquecia os motores ou que os eurocépticos eram uma minoria irrelevante. Quando Jean-Claude Juncker chegou à Comissão, os tempos não eram os melhores. Em 2014, a crise económica arrastava-se (o PIB português estava abaixo do de 2007), o desemprego atingia picos (em Portugal já baixava mas superava os 14%) e o populismo alastrava pela Europa fora.

O ex-Primeiro Ministro luxemburguês, então com 59 anos, preparava uma mudança profunda que, ao contrário de outras, queria feita de cima para baixo. Juncker munuiu-se de uma equipa com uma inédita força política: cinco antigos primeiros-ministros, quatro primeiros-ministros adjuntos, dezanove antigos ministros e oito ex-eurodeputados. De seguida, efectuou duas alterações estruturais: definiu 10 prioridades e dividiu o Colégio em Vice-Presidentes e Comissários. Apesar de os Vices aparentarem uma responsabilidade superior, as suas nacionalidades (exs.: Letã, Eslovaca, Finlandesa e Estoniana) indiciavam antes uma dinâmica interna diferente. Pela primeira vez, criou-se um número 2; Frans Timmermans, socialista holandês, seria o seu Primeiro Vice-Presidente e ficaria encarregue da melhor legislação e, sobretudo, da melhor relação com o Parlamento Europeu. Há quem diga que este plano nasceu na mesa do seu chefe de gabinete, o alemão Martin Selmayr, mas, não sendo uma teoria mirabolante, será Juncker a figurar nos livros de História.

O Parlamento não terá ficado agradado com estes planos. E menos ainda com os programas de trabalho, que, tal como o de 2018, apresentavam um corte de 80% nas iniciativas propostas, quando comparados com os da era Barroso. Afinal, as Comissões Parlamentares não estavam organizadas de acordo com as 10 prioridades e a redução substancial de iniciativas da Comissão significava menos *dossiers*, logo menos visibilidade.



Jacques Delors
© European Communities, 1994 / Fonte: EC - Audiovisual Service/ Foto de C. Lambiotte



Jean-Claude Juncker
© European Union, 2014 / Fonte: EC - Audiovisual Service/ Foto de G. Boulougouris

Depois da tempestade, nova tempestade

Ainda esta nova identidade se começara a formar quando 2015 entrou em força. No Discurso do Estado da União de 2016, Juncker avaliava o ano transacto como o das elevadas taxas de desemprego, das desigualdades sociais, da acumulação da dívida pública, do enorme desafio da integração dos refugiados e da marcação de um referendo que poderia ditar o impensável: a saída do Reino Unido. Por esses meses, escreveram-se textos impiedosos sobre o futuro da UE.

Em primeiro lugar na lista de prioridades estava a aposta na retoma do crescimento económico e na revitalização da economia. Hoje, a Comissão apresenta o *Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos*, cunhado “Plano Juncker”, como gerador de 225 mil milhões de euros de investimento na economia. Até ao final do mandato, a CE espera atingir o objectivo de 315 mil milhões. Os críticos queixam-se de que a maioria dos projectos foi para os países de maior dimensão, que o Leste ficou esquecido, que muitos deles já estavam em *pipeline* e que este Plano serviu para os capitalizar. Em Portugal são 16 os projectos financiados até ao momento (entre eles, centrais de biomassa, reabilitação urbana em Lisboa, novo campus universitário da Nova Business School ou melhoria da qualidade de água para consumidores) que impulsionaram, segundo dados da Comissão, um investimento adicional de 4,9 mil milhões de euros.

A publicação do “Pilar Europeu dos Direitos Sociais” problematiza a sustentabilidade dos sistemas de segurança social nos Estados-Membros e avança com propostas de regulamentação das relações laborais na *gig economy*. Procura, também, equilibrar as dimensões profissional e laboral, particularmente para as famílias com filhos. É importante referir que o *Semestre Europeu* de hoje é diferente daquele do início do mandato, verificando-se um reforço da componente social: a Direcção-geral de Emprego e Assuntos Sociais assumiu maior protagonismo. Foi desta que DG saiu uma importante comunicação: a “Agenda para Novas Competências na UE”, que se foca nas competências do futuro, as *e-skills*, mas também na melhoria de competências básicas dos europeus. As propostas decorrentes deste documento merecem a atenção das empresas.

Prioridade 1 - Investimento, Crescimento e Emprego	
Ponto de situação feito pela Comissão	Programa de Trabalho para 2018
<ul style="list-style-type: none"> - Desemprego mais baixo dos últimos nove anos - 8 milhões de empregos criados desde 2014 - 5º ano consecutivo de recuperação económica - Prevê-se crescimento de 2% (2,2% na zona Euro) - Plano Juncker gerou investimentos de €225 mil milhões - Garantia para Juventude para 18 milhões de pessoas desde 2014 	<ul style="list-style-type: none"> ★ <i>Integração de financiamento proveniente de Plano Juncker e de Fundos Estruturais</i> ★ <i>Monitorização das medidas sugeridas na Recomendação da CE sobre Pilar Europeu dos Direitos Sociais (aprovada pelo Conselho a 20/10)</i> ★ <i>Implementação da Agenda para Novas Competências na UE, com foco nas e-skills</i> ★ <i>Proposta de Regulamento sobre Tratamento de Águas Residuais e Nova Estratégia para Plásticos</i> ★ <i>Paper de reflexão “Para uma Europa Sustentável até 2030”</i> ★ <i>Proposta para um Orçamento Plurianual pós-2020</i>

E-Juncker

A segunda grande prioridade da Comissão de Juncker foi o *Mercado Único Digital*. Por que razão a UE não produz unicórnios? Por que razão não tem um Silicon Valley? Por que razão os europeus compram tão pouco *online*? Estará a democracia a ser desvirtuada pelo poder controlador das novas tecnologias? Num sector onde passar das ideias à acção não é fácil, a Comissão Juncker disparou em diversas direcções: Fim efectivo do *roaming*, *Wifi4All*, *Geoblocking*, Direitos de autor, Privacidade ou Cibersegurança.

O *Mercado Único Digital* é dos sectores onde a Comissão mais tem avançado. Como em muitos outros, a falta de atenção às discussões legislativas gera preocupações *a posteriori*. Hoje, por toda a Europa, a grande maioria das empresas estão apreensivas com a entrada em vigor do *Regulamento Europeu de Protecção de Dados*. A legislação será aplicada em todos os Estados Membros a partir de 25 de Maio de 2018 mas foi alvo de quatro anos de debates e de sugestões de *stakeholders* interessados. Era nesse tempo que deviam ter actuado. Para 2018 publicam-se novas propostas e as empresas podem transmitir as suas ideias e preocupações.

Prioridade 2 – Mercado Único Digital	
Ponto de situação feito pela Comissão	Programa de Trabalho para 2018
<ul style="list-style-type: none"> - 24 propostas legislativas desde Maio de 2015 - Fim do roaming desde Junho de 2017 - Wi-fi gratuito em espaços públicos a partir de início de 2018 - Formação em competências digitais de mais de 1 milhão de desempregados até 2020 - Facilitação de comércio digital - Medidas de protecção de privacidade 	<ul style="list-style-type: none"> ★ <i>Aprovação de propostas em curso, como "Geo-blocking", "Pacote de telecomunicações", "Regulamento de Privacidade electrónica", "Direitos de autor", "Meios de comunicação audiovisuais"</i> ★ Pacote de cibersegurança ★ Proposta legislativa sobre imparcialidade comercial das plataformas online ★ <i>Revisão das Orientações da Comissão relativas à análise e avaliação de poder de mercado significativo no âmbito do quadro regulamentar comunitário para as redes e serviços de comunicações electrónicas</i>

Prioridade 3 – União Energética	
Ponto de situação feito pela Comissão	Programa de Trabalho para 2018
<ul style="list-style-type: none"> - Entrada em vigor do Acordo de Paris, que estipula corte de emissões CO2 em 40% até 2030 - Aprovação de regras mais simples de rotulagem energética em benefício dos consumidores - Investimento de €1,7 mil milhões em projectos de infraestruturas e contadores inteligentes de gás e electricidade - Reforma do regime de comércio de licenças de emissão (RCLE-UE) - Publicação da Nova Estratégia Industrial Europeia 	<ul style="list-style-type: none"> ★ <i>Aprovação das seguintes medidas legislativas constantes dos Pacotes "Energia Limpa", "Clima" e "Europa em movimento": veículos limpos; regras para transporte combinado de mercadorias; eficiência de combustível; standards de CO2 para camiões, autocarros e carros; iniciativa para acelerar a criação de infraestruturas para combustíveis alternativos</i> ★ <i>Início de negociações com Rússia sobre operacionalidade do Nord Stream 2</i> ★ <i>Lançamento de Comunicação sobre o futuro da Energia na UE e a política climática</i>

We'll always have Paris

Com o *Acordo de Paris*, onde, com a saída dos Estados Unidos, a UE assumiu papel fundamental, os Estados Membros comprometeram-se com metas ambiciosas. Há uma clara preponderância dos objectivos climáticos na política de energia da Comissão e, neste sector, o seu lema, nos últimos anos, pode ser resumido em "a melhor energia é aquela que não é consumida", o que se reflecte nas propostas para transportes de mercadorias (promoção da intermodalidade), mobilidade urbana (veículos limpos), edifícios (eficiência energética) ou indústria (Nova Estratégia Industrial Europeia). A criação de um verdadeiro mercado europeu da Energia, área onde ainda subsistem inúmeras barreiras, foi elegida como prioridade, existindo um Vice-Presidente da Comissão com este portfólio.

A Comissão aborda, também, a diversificação das fontes energéticas e avança claramente no sentido de se opor aos biocombustíveis convencionais ou de 1ª geração e de privilegiar os de 2ª e 3ª (neutros) ou 4ª gerações (rácio negativo para o ambiente). Para além disso, a Comissão, não sem controvérsia, abriu uma guerra aos combustíveis fósseis, procurando alternativas "limpas" à dependência das tecnologias carbónicas. Neste ponto, a Comissão tem sido bastante pró-activa no que respeita à mobilidade eléctrica, muitas vezes pisando o risco daquela que deveria ser a neutralidade das suas propostas. Para 2018 prevê-se o lançamento das bases daquela que será a política de energia do futuro. A segurança no aprovisionamento mantém-se como uma das principais prioridades.

A excepção

Num Colégio sem estrelas e onde o objectivo é jogar para a equipa, emergiu uma figura dominante: a Comissária da Concorrência, a liberal dinamarquesa Margrethe Vestager. Filha de dois pastores luteranos, dizia em entrevista ao *Guardian* a 17 de Setembro: "Politics should give all people opportunities and enable them to make free choices." À frente de uma equipa de 900 investigadores, e com o portfólio da política da Concorrência na UE, Vestager investigou práticas anti-concorrenciais e aplicou pesadas multas à Google e ao Facebook (por falsas informações relativamente ao serviço de mensagens WhatsApp).

Paralelamente, e numa lógica que tem sido muito contestada, foi também através da política da concorrência que a Comissão abriu processos por ajudas de Estado à Apple, Amazon, McDonalds, Fiat e Starbucks, nos chamados *Tax Rulings*. A revista *Foreign Policy* deu-lhe o epíteto de "czar das práticas anti-concorrenciais da UE".

Na área do funcionamento do mercado interno, a Comissão propôs medidas com forte impacto para o dia-a-dia das empresas: combate à elisão-fiscal, diversificação de fontes de financiamento para as empresas, facilitação de comércio transfronteiras (ex.: modernização dos serviços de entrega de encomendas) ou livre circulação de trabalhadores (com a controversa *Revisão da Directiva de Destacamento de Trabalhadores*, que, seja qual for o desfecho, terá consequências claras para as empresas com trabalhadores destacados).

A indústria europeia mantém uma posição de liderança em muitos sectores nos mercados mundiais. Representa dois terços das exportações da UE e emprega 32 milhões de pessoas, tendo 1,5 milhões desses empregos sido criados desde 2013. Segundo a Comissão, para manter e reforçar a sua vantagem competitiva é necessário um importante esforço de modernização. A 18 de Setembro, foi lançada a "Estratégia de Política Industrial: investir numa indústria inteligente, inovadora e sustentável" e um ambicioso *Fundo Europeu de Defesa*, com um orçamento de 500 milhões de euros até 2020.

Prioridade 4 – Fortalecimento do Mercado Interno	
Ponto de situação feito pela Comissão	Programa de Trabalho para 2018
<ul style="list-style-type: none"> - Mercado aberto de 28 países com 30 milhões de empresas, 500 milhões de cidadãos, 14 biliões de euros de PIB - Novas regras sobre capital de risco para diversificar financiamento e estimular investimento - Novas regras sobre mercado de titularização - Novas regras sobre prospectos - Novas regras de anti-elisão fiscal - Alcançado acordo sobre a Proposta de Revisão da Directiva de Destacamento de Trabalhadores - Novo Fundo Europeu de Defesa com investimentos de €500 milhões até 2020 - Iniciativas para indústria automóvel, dispositivos médicos e Portal Único Digital para empresas - Decisões contra Google e Apple por práticas anti-concorrenciais - Nova Estratégia de Política Industrial 	<ul style="list-style-type: none"> ★ Proposta de taxação dos lucros gerados por multinacionais com a economia digital ★ Iniciativa sobre um número de segurança social europeu ★ Revisão da Directiva relativa à obrigação da entidade patronal informar o trabalhador sobre as condições aplicáveis ao contrato ou à relação de trabalho ★ Proposta de melhoria da cadeia de abastecimento alimentar ★ Iniciativa sobre FinTechs ★ Proposta sobre crowdfunding e financiamento entre pares ★ Enquadramento europeu sobre obrigações hipotecárias ★ Revisão das regras para comercialização transfronteiras de fundos de investimento ★ Plano de Acção sobre políticas nacionais de vacinação ★ Comunicação sobre a expansão das decisões por Majoria Qualificada no Conselho e do processo legislativo ordinário em matérias de mercado interno

A União Económica

Neste momento, apenas Espanha, França e o Reino Unido lidam com Procedimentos de Défice Excessivo. Em 2011 eram 24 os Estados Membros nessa situação. Após medidas de recapitalização e regulação da banca, que, segundo a Comissão, permitiram, em 2017, auxiliar diversos bancos em dificuldades, as

novas propostas focam-se no fortalecimento da Zona Euro e no completar da *União Bancária* com propostas concretas para lidar com a questão do crédito malparado.

Em termos de estrutura da *União Económica e Monetária* (UEM) são lançadas agora as bases do debate sobre um Ministro da Economia e Finanças europeu – sugestão avançada por Juncker no discurso do Estado da União – e que começará com a publicação de uma Comunicação nos próximos meses.

Prioridade 5 – União Económica e Monetária	
Ponto de situação feito pela Comissão	Programa de Trabalho para 2018
<ul style="list-style-type: none"> - Euro é a segunda moeda mais utilizada do mundo: 340 milhões de cidadãos em 19 países - Fortalecimento da governação económica no Semestre Europeu - Criação do Conselho Fiscal Europeu - Apenas três Estados Membros sob Procedimento de Défice Excessivo (em 2011 eram 24) 	<ul style="list-style-type: none"> ★ Transformação do Mecanismo de Estabilidade Europeu num Fundo Monetário Europeu ★ Criação de uma linha financeira para a Zona Euro dentro do Orçamento da UE ★ Propostas de estabelecimento de mercados secundários para crédito malparado ★ Protecção de credores segurados pelo incumprimento de empréstimos comerciais ★ Enquadramento para o desenvolvimento de obrigações soberanas da UE ★ Comunicação sobre a possível criação do cargo de um Ministro da Economia e Finanças da UE

Moldar a globalização

Nos primeiros dois anos da Comissão Juncker esta prioridade tinha um nome: Estados Unidos. Já não tem. Depois dos acordos com o Japão e o Canadá, depois de Singapura e Vietname, os holofotes estão centrados no Mercosul, no México, na Austrália e Nova Zelândia. Na sede da Direcção-geral de Comércio perdeu-se pouco tempo a lamentar a morte do TTIP.

Pelo contrário: aproveitou-se a saída dos Estados Unidos do Transpacífico para acelerar o acordo com Japão; e as ameaças de saída do NAFTA para, depois de fechado o Canadá, dar tracção às negociações com o México. Com a fase dois do *Brexit* adiada (i.e., com o início das negociações comerciais ainda em *stand-by*), a Comissão Europeia

intromete-se' na *Commonwealth* com a sugestão de negociações com Austrália e Nova Zelândia (em teoria, o Reino Unido só pode começar negociações com países terceiros depois de sair efectivamente da UE, a 29 de Março de 2019).

Se ainda não o fizeram, as empresas exportadoras da UE podem começar agora a estudar estes documentos; é que os chamados acordos de nova geração englobam muito mais do que a eliminação de pautas e direitos aduaneiros. Incluem: acesso a mercados públicos; remoção de barreiras não tarifárias de bens e serviços; harmonização de *standards* e certificações ou promoção de cooperação regulatória.

Recentemente, a Comissão acordou com o Parlamento e o Conselho numa nova metodologia *antidumping*. Este dossier era fundamental visto que a China alegava tratamento discriminatório na avaliação de práticas *antidumping* desde o final de 2016. Também em cima da mesa estão as propostas consideradas prioritárias de *Modernização dos instrumentos de defesa comercial* e de um *Quadro para escrutínio de Investimento directo estrangeiro na UE*.

A Comissária sueca Cecilia Malström foi incansável nestes últimos anos. É outra figura a destoar num Colégio de Comissários marcado pela homogeneidade.

Prioridade 6 – Comércio Internacional	
Ponto de situação feito pela Comissão	Programa de Trabalho para 2018
<ul style="list-style-type: none"> - Continuação dos 'acordos de nova geração'. Segundo a CE, "cada mil milhões de exportações na UE mantêm 14 mil empregos nos 28" - Aprovação da Nova Metodologia de Cálculo de Medidas Anti-Dumping - Propostas relevantes em negociação: Modernização dos Instrumentos de Defesa Comercial; Quadro para escrutínio de Investimentos Directos Estrangeiros 	<ul style="list-style-type: none"> ★ Finalização de acordos comerciais com Japão, Singapura e Vietname ★ Continuação das negociações com México e Mercosul ★ Avanço das negociações com Austrália e Nova Zelândia após aprovação das directivas de negociação pelo Conselho

Para uma Europa mais segura

Os últimos anos caracterizaram-se por ataques terroristas sem precedentes em território europeu. Um deles, a poucas dezenas de metros das instituições europeias. Já o mandato da Comissão ia quase a meio quando foi criada a pasta da Segurança, com um Comissário inteiramente devotado a ela, e avançou-se com uma *Agenda Europeia e Cibersegurança*. A Comissão aposta agora na melhor coordenação dos sistemas de informação entre autoridades policiais e judiciais dos Estados-Membros, incluindo acesso a dados financeiros. Nas suas iniciativas de reflexão a médio-prazo, a Comissão publicará uma Comunicação sobre a extensão do mandato da Procuradoria-Geral Europeia e, naquilo que pode ser parcialmente entendido como um puxão de orelhas à Hungria e Polónia, uma Iniciativa para reforçar Estado de Direito na UE. Por último, e após os incêndios que assolaram Portugal, assinala-se a proposta de reforço das capacidades do *Mecanismo Europeu de Protecção Civil*.

Prioridade 7 – Justiça e Direitos Fundamentais	
Ponto de situação feito pela Comissão	Programa de Trabalho para 2018
<ul style="list-style-type: none"> - Continuação da implementação da Agenda Europeia de Cibersegurança - Criação de um Comissário com a pasta da União da Segurança - Propostas em discussão para um Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem - Novas regras sobre a utilização dos dados dos registos de identificação de passageiros - Entrada em vigor das novas regras referentes à protecção de dados a partir de 25 de Maio de 2018 - Acordo sobre um novo escudo de protecção da privacidade entre UE e Estados Unidos - 20 Estados Membros acordaram na criação de uma Procuradoria Geral Europeia que combaterá o crime financeiro na UE 	<ul style="list-style-type: none"> ★ <i>Propostas para a interoperabilidade entre sistemas de informação da UE para melhorar segurança, controlo fronteiriço e migração</i> ★ <i>Propostas para melhorar acesso transfronteiras às provas digitais a autoridades policiais e judiciais</i> ★ <i>Regulamento sobre marketing e utilização de engenhos explosivos</i> ★ <i>Iniciativas para melhorar acesso e utilização de dados financeiros por autoridades policiais e judiciais</i> ★ <i>Proposta para um Decisão do Conselho e Parlamento de criação de um Mecanismo Europeu de Protecção Civil com recursos próprios</i> ★ <i>Comunicação sobre a possível extensão do mandato da Procuradoria-Geral europeia para o combate ao terrorismo</i> ★ <i>Iniciativa para reforçar o Estado de Direito na UE</i>

Migração, Democracia e Comunicação

A política migratória da UE, embora contestada por vários Estados Membros, produziu resultados. No Discurso do Estado da União, Juncker referiu que, graças ao acordo com a Turquia, obteve-se uma redução de 97% dos migrantes a chegarem em situação irregular ao Mediterrâneo Oriental. No Mediterrâneo central a redução foi, igualmente, assinalável. A contribuir para estes números está a *Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira*, em acção desde o final de 2016 - com um orçamento a crescer exponencialmente até 2020. Traduzindo a questão em números, só nos últimos 12 meses, foi concedido asilo a 720 mil refugiados, três vezes mais do que os acolhidos pelos Estados Unidos, Austrália e Canadá em conjunto.

Na sua visão global, a Comissão quer reforçar parceria com a NATO, enquanto promete propostas para estreitar conexão com Índia, Iraque ou Irão. Depois de, no início do mandato, ter, propositadamente, substituído o portfólio "Alargamento" pelo de "Negociações para o Alargamento", a Comissão quer aproveitar a boa forma da UE para oferecer perspectivas concretas de adesão à Sérvia e ao Montenegro depois de 2025.

Juncker esforçou-se por combater a velha máxima dos políticos nacionais: "quando tudo vai bem, fui eu, quando descamba, foi Bruxelas". Depois do referendo no Reino Unido e da Concelho de Bratislava, onde os 27 quiseram mostrar-se mais unidos do que nunca, a Comissão publicou o *paper* de reflexão "O Futuro da Europa". Em detrimento de apresentar um *blueprint*, Juncker quis partilhar responsabilidades e procurou reacções dos Estados-Membros.

Meses mais tarde, Macron respondeu a esse desafio. Duas semanas depois do "Estado da União", onde Juncker agradara aos europeístas, o Presidente francês não destoou: "*La seule voie qui assure notre avenir, c'est la refondation d'une Europe souveraine, unie et démocratique*". Macron tocou na *União Económica e Monetária* (UEM), Comércio, *Agenda Digital*, Migração e África ou Segurança e Defesa; neste ponto desafiou a Alemanha a ajudá-lo a constituir "uma força de intervenção conjunta, um orçamento europeu para a defesa e uma doutrina comum de acção". Os ataques terroristas sem precedentes na UE, a saída do Reino Unido (maior exército da UE e membro do

Conselho de Segurança da ONU) e as discordâncias com Trump contribuíram para essa ambição. Merkel simpatiza com algumas destas ideias mas as eleições na Alemanha (pior resultado da CDU desde 1949), com um surpreendente FPD, impedem-na de reagir com o mesmo entusiasmo, particularmente na UEM.

Prioridade 8 – Política migratória	
Ponto de situação feito pela Comissão	Programa de Trabalho para 2018
<ul style="list-style-type: none"> - Entrada em funcionamento da Guarda Costeira da UE - Medidas de controlo de emigração na Turquia e no Mediterrâneo Central - Novo Instrumento de Emergência e €2,7 mil milhões de Fundo Fiduciário UE-África 	<ul style="list-style-type: none"> ★ <i>Revisão da Política Comum de Vistos</i> ★ <i>Revisão do sistema central de informação sobre vistos</i> ★ <i>Revisão do Regulamento sobre a Rede e Agentes de Ligação para a Imigração</i>

Prioridade 9 – Actuação da UE no palco global	
Ponto de situação feito pela Comissão	Programa de Trabalho para 2018
<ul style="list-style-type: none"> - Novo Fundo Europeu de Defesa e parceria reforçada com NATO - Apoio às missões da ONU na Líbia, Síria ou Iémen - Perspectivas sérias de adesão aos países dos Balcãs Ocidentais - Implementação da Agenda de Desenvolvimento Sustentável para 2030 	<ul style="list-style-type: none"> ★ <i>Estratégias para: conectar Europa e Ásia; renovar parceria com América Latina e Caraíbas; novo enquadramento para relações com Índia, Irão e Iraque</i> ★ <i>Estratégia para adesão da Sérvia e Montenegro</i> ★ <i>Comunicação sobre a expansão das decisões por maioria qualificada no Conselho e do processo legislativo ordinário em matérias de mercado interno</i>

Prioridade 10 – UE mais democrática	
Ponto de situação feito pela Comissão	Programa de Trabalho para 2018
<ul style="list-style-type: none"> - Foco numa melhor comunicação, transparência e assertividades das acções da CE, como por ex. incremento das iniciativas com cidadãos e das reuniões nos Parlamentos Nacionais ou publicação de informação sobre negociações de tratados comerciais 	<ul style="list-style-type: none"> ★ <i>Comunicação sobre como tornar UE mais forte, unida e democrática em termos de comunicação</i> ★ <i>Comunicação sobre fortalecimento da subsidiariedade e proporcionalidade no dia-a-dia da UE</i> ★ <i>Comunicação sobre aumento de eficiência nas decisões tomadas pelos líderes da UE</i>

A UE de Juncker

Para os editoriais de 2014 o futuro da Europa não era promissor. Os prognósticos não melhorariam em 2015 e 2016. As más notícias continuavam – terrorismo, *Brexit* e a crise migratória –, ao ponto de Juncker assumir que a União atravessava uma “crise existencial”.

Nesta recta final de mandato, à boleia da recuperação económica – crescimento de “2% na UE e 2,2% na Zona Euro” e desemprego “no seu ponto mais baixo dos últimos nove anos” –, Juncker, que já assumiu que não se recandidatará, pede mais Europa: um só Presidente para Comissão e Conselho Europeu, um Ministro da Economia e Finanças da UE e uma Procuradoria-geral Europeia. Esta ousadia parece ter sido bem acolhida em algumas capitais.

As modificações operadas por Juncker na cúpula da Comissão arriscam-se a perdurar. A lista de prioridades e a divisão do Colégio de Comissários em equipas de trabalho provaram ser eficientes. Segundo o *European Parliament Research Service*, 80% das medidas constantes nas 10 prioridades foram cumpridas. Como o próprio fez questão de dizer ao Parlamento, os sucessos da UE não dependem dele mas os insucessos, esses ninguém lhos tiraria.

Nestes últimos 14 meses de mandato ainda há muito trabalho pela frente. Entre as 20% de iniciativas que falta implementar persistem *dossiers* de grande importância para as empresas. Os mais recentes foram indicados nos quadros acima, nas colunas da esquerda, mas para uma lista exhaustiva dever-se-á consultar o Anexo III do Programa de Trabalho

(https://ec.europa.eu/info/publications/2018-commission-work-programme-key-documents_en).

Ao contrário do que sucede nos Estados Membros, a legislação na UE não surge de um dia para o outro. Normalmente, consultam-se *stakeholders*, criam-se grupos de peritos e realizam-se debates e conferências. No final desse processo, coligida a informação necessária e reunidos os primeiros prós e contras, a Comissão, apresenta as suas propostas no Programa de Trabalho. Aquelas aqui mencionadas, recentemente publicadas ou a publicar até Maio de 2018, encontram-se numa fase preliminar de debate. Como analisado, muitas delas e em muitos sectores, vão moldar a conjuntura empresarial e social nos próximos anos. As empresas e associações interessadas têm, agora, oportunidade de se manifestar.



Colégio dos Comissários dos 28 Estados-Membros, incluindo o presidente e os vice-presidentes
© European Union , 2017 / Fonte: EC - Audiovisual Service / Photo: E. Ansotte

Fundada em 2009, a Eupportunity é uma consultora especializada em assuntos europeus. Com escritório em Bruxelas, no coração do bairro Europeu, está numa posição privilegiada para acompanhar as iniciativas políticas e legislativas europeias, defender as posições dos seus clientes perante o legislador comunitário e para identificar oportunidades de negócio e de financiamento a partir de Bruxelas.

Temos uma equipa experiente e multidisciplinar que trabalha em três grandes áreas de actividade: representação de interesses; financiamentos europeus; e internacionalização através das oportunidades geradas pelos fundos de cooperação externa e pela contratação pública das Instituições europeias.

Cerca de dois terços da legislação que, directa e indirectamente, afecta a actividade económica de milhões de cidadãos e empresas decidem-se nas Instituições Europeias: Comissão, Parlamento e Conselho. Conhecer o seu funcionamento, participar no processo de decisão e antecipar é a melhor forma de as empresas se preparem, atempadamente, para as alterações legislativas e encontrarem financiamentos e novos negócios.

Estar bem representado em Bruxelas é, sobretudo, estabelecer uma excelente rede de comunicação, interagir com as Instituições, monitorizar os desenvolvimentos das iniciativas políticas e legislativas relevantes e contribuir para soluções melhores e mais adequadas à realidade. É ser reconhecido como um stakeholder relevante que sabe o que se está a discutir, tem um contributo a dar no momento certo e aproveita as oportunidades. Na Eupportunity garantimos uma ligação permanente e personalizada entre os nossos clientes e as Instituições Europeias e stakeholders em Bruxelas.

Ser útil, credível e oportuno. **We know Brussels!**
We know Brussels!

A Equipa Eupportunity



Luis Queiró
Senior Partner



Henrique Burnay
Senior partner



Beatriz Soares Carneiro
Consultora Sénior



Bernardo Aguiar
Consultor Sénior



Carla Velasco Martins
Consultora Sénior



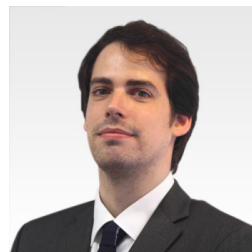
Miguel Franco e Abreu
Consultor Sénior



Ufímia Madaleno
Consultora Sénior



Rita Marques Guedes
Consultora Sénior



Afonso Araújo
Consultor



Thaís Gonçalves
Consultora



BRUXELAS

Rue du Parnasse 30, 1050
Bruxelles - Belgique
eupportunity@eupportunity.eu

LISBOA

Av. António Augusto Aguiar, 165, 1º dto
1050-014 Lisboa - Portugal

www.eupportunity.eu


eupportunity
european affairs consulting